



## **VI CURSO INTERNACIONAL**

### **Mulheres em Luta**

### **Gênero e direitos humanos na história recente da África, da América Latina e do Caribe**

**24 de outubro ao 3 de novembro de 2022**

#### **RATIONALE**

O desenvolvimento dos estudos de gênero e da história das mulheres e feministas teve um forte impacto no campo dos direitos humanos, provocando uma profunda renovação tanto nas dimensões teórico-analíticas quanto naquelas relacionadas à concepção de políticas públicas dos Estados e organizações supranacionais interessadas em garantir o pleno respeito aos direitos humanos. Sujeitos, práticas coercitivas, guerras e violência extrema perpetradas por Estados sob regimes autoritários, ditatoriais ou não, começaram a ser investigados a partir de uma perspectiva intersetorial na qual as interseções entre gênero, classe, etnia e cor passaram a ocupar um lugar central na definição, interpretação ou classificação de ações repressivas como crimes contra a humanidade ou violações graves dos direitos humanos. Neste desdobramento analítico, a perspectiva interseccional também demonstra sua validade no reconhecimento das ações de resistência promovidas por diversos grupos sociais e políticos, e na identificação de demandas individuais e coletivas por memória, verdade, justiça, reparação e garantias de não repetição. Apesar disso, as contribuições feitas pela interseção entre gênero e direitos humanos ainda são desconhecidas para vastos setores comprometidos com a investigação, o processo e a punição dos responsáveis pela prática de crimes contra a humanidade, e com a construção da história e da memória desses eventos. O conhecimento produzido nos círculos acadêmicos e ativistas sobre as especificidades do exercício da violência repressiva contra mulheres, crianças e diversidade sexual ainda não é amplamente divulgado. O mesmo se aplica aos estudos sobre os impactos genericamente diferenciais causados por guerras e conflitos armados: embora profusos, sua circulação é restrita.



Com base nas prioridades globais da UNESCO - como a África e a igualdade de gênero - e nos objetivos da organização, especialmente a promoção do diálogo intercultural e a promoção de uma cultura de paz e não-violência, este Curso Internacional visa contribuir para este horizonte, examinando um conjunto de tópicos selecionados pela relevância e densidade de seu desenvolvimento reflexivo, bem como por seu impacto na reconfiguração dos significados, definições e escopo dos Direitos Humanos.

Este curso é organizado pelo Centro Internacional para o Avanço dos Direitos Humanos - UNESCO, cuja sede está localizada na Cidade Autônoma de Buenos Aires, Argentina. Desde o retorno à democracia em 1983, a Argentina tem sido palco de várias ações para punir as graves violações dos direitos humanos que ocorreram durante a última ditadura civil-militar (1976-1983). Estes incluíram processos judiciais interpostos por tribunais ordinários e incentivados por organizações locais de direitos humanos. A tenacidade destes últimos e sua capacidade de mobilizar vastos setores da sociedade sob o slogan de Julgamento e Punição dos culpados permitiu o julgamento e a sentença dos responsáveis das forças armadas e de segurança, e até levou à acusação de alguns representantes da hierarquia eclesiástica e líderes empresariais. Sem dúvida, o papel de liderança desempenhado pelas Madres e Abuelas de Plaza de Mayo, cujas iniciativas são reconhecidas mundialmente, foi central para este resultado. As reflexões críticas e denúncias das organizações feministas também desempenharam um papel, pois conseguiram indexar a violência sexual perpetrada em centros de detenção clandestinos como crimes contra a humanidade.

Outra singularidade da história argentina gira em torno do Conflito do Atlântico Sul. Em 2022, será comemorado o 40º aniversário do desembarque argentino nas Ilhas Malvinas. Por esta razão, este evento oferece uma oportunidade valiosa para refletir sobre o papel da mulher nos conflitos militares convencionais, um tópico que tem sido cada vez mais abordado nos últimos anos por estudos de gênero.

Estas particularidades facilitam o exame crítico de vários aspectos da violência repressiva e de guerra sob a perspectiva dos direitos humanos numa perspectiva de gênero, ao mesmo tempo em que levantam questões sobre a região latino-americana como um todo.



Os demais Estados da América Latina implementaram outras políticas, muitas das quais oscilaram entre a "reconciliação" e o esquecimento, até mesmo incentivando um negacionismo apenas enfrentado por organizações da sociedade civil comprometidas em denunciar o terrorismo de Estado. Dois exemplos relevantes disso podem ser encontrados nas investigações promovidas no início e materializadas em relatórios como "Uruguay Nunca Más" (Uruguai Nunca Mais) ou "Brasil Nunca Más" (Brasil Nunca Mais), durante os anos 80. Por estas razões, uma análise que incentiva a reflexão sobre as diversas realidades latino-americanas em uma chave comparativa torna-se ainda mais valiosa.

Em sua história recente, os países africanos raramente optaram por tribunais nacionais para lidar com os traumas do passado. Eles têm sido mais inclinados a criar comissões de verdade de diferentes capacidades e escopo. Só para citar alguns, é preciso lembrar a conhecida Comissão de Verdade e Reconciliação na África do Sul, criada pelo governo de Nelson Mandela em 1996, ou a do Marrocos em 2004. As iniciativas internacionais também foram fortemente ancoradas na forma de ações contra crimes e delitos cometidos no período pós-colonial na África. Para nossos propósitos, vale notar que foi no Tribunal Penal Internacional para Ruanda que foi sancionado que o estupro constituía tortura, que o estupro generalizado constituía um ato de genocídio (o caso de Jean Paul Akayesu), e onde pela primeira vez na história uma mulher foi condenada pelo crime de genocídio. Estas variadas experiências continentais diante de problemas comuns nos convidam a conectar estes processos históricos, investigados de uma perspectiva intersetorial e interdisciplinar, com foco no Sul.

Uma análise vinculada destas dimensões do passado entre a África, a América Latina e o Caribe permite destacar a multiplicidade de abordagens possíveis para a violação dos direitos humanos, encorajando-nos a evitar o reducionismo imposto em torno de soluções supostamente únicas e unívocas para reverter estas graves experiências ou evitar que elas se repitam. Também permite denotar a centralidade do gênero no exercício da violência contra as sociedades, assim como na construção de diversas formas de resistência coletiva, indexando uma profunda reflexão sobre a incidência da racialização na perpetração de crimes e violações dos direitos humanos, assim como nas exigências de punição e reparação.



Finalmente, a conexão oferecida aqui favorece um estudo mais denso das questões relacionadas às relações entre regiões do Sul, muitas vezes mascaradas sob estruturas e regulamentações globais. Este curso pretende ser um espaço para estas reflexões baseadas nas experiências do passado e do presente, e imaginar projetos para o futuro em busca do pleno respeito aos direitos humanos.

Os temas abordados giram em torno da conceituação dos direitos humanos a partir de uma perspectiva de gênero, da gravitação de marcas e gênero racializados no exercício da violência, do lugar das mulheres nos conflitos bélicos, nas organizações guerrilheiras e na ascensão da direita. Eles também refletem sobre como o gênero molda a resistência social e política contra regimes autoritários, sua utilidade para a investigação judicial de crimes contra a humanidade e violações graves dos direitos humanos, bem como seu significado para iniciativas memoriais sobre o passado. A fim de examinar estes tópicos, serão realizadas reuniões sincrônicas durante 9 (nove) dias consecutivos com a participação de especialistas de várias regiões e disciplinas científicas e uma seleção de bibliografia específica. Além disso, haverá atividades assíncronas articuladas em torno de propostas para a análise de filmes, documentários e visitas virtuais guiadas a museus.

Em resumo, este curso visa fortalecer o vínculo entre gênero e direitos humanos em termos de diferentes experiências: a busca de justiça para as vítimas de crimes contra a humanidade, a reparação histórica, econômica e cultural e a construção da memória coletiva.

Nesta ocasião, o VI Curso Internacional "Mulheres em Luta: Gênero e Direitos Humanos na História Recente da África, América Latina e Caribe" é enquadrado como uma atividade oficial antes do Foro Mundial de Direitos Humanos a ser realizado na Cidade Autônoma de Buenos Aires, Argentina, em 2023. Este Foro é um espaço de debate público sobre os Direitos Humanos no mundo, os principais avanços e desafios centrados no respeito às diferenças, a participação social, a redução das desigualdades, a promoção da equidade e a inclusão social. Foi concebido para reunir e integrar organizações nacionais, regionais e internacionais comprometidas com os direitos humanos.